

*A análise da pobreza de forma multidimensional chama atenção para o fato de que não é apenas a privação de renda que dificulta ou até inviabiliza a conquista de autonomia e qualidade de vida pela população marginalizada. Outras privações, como falta de acesso ao saneamento básico, à energia elétrica, à moradia e à preservação do meio ambiente, também devem ser consideradas quando se pensa na garantia de uma vida digna. Tendo isso em vista, o objetivo deste eixo temático é elaborar propostas que visem à efetivação do direito à moradia digna, à terra e à proteção das populações mais vulneráveis aos efeitos da crise climática e aos impactos socioambientais da exploração econômica de recursos naturais.*

*Para isso, propomos como um dos subtemas a sugestão de estratégias para a promoção do acesso à água canalizada, esgotamento sanitário, energia, material de construção adequado para moradias, entre outros, uma vez que ainda existem milhares de residências em Minas Gerais em condições precárias.*

*Ademais, é importante considerar as especificidades do meio urbano e rural quando se discute os temas de habitação, território e meio ambiente. No meio urbano, emerge a necessidade de se avançar na elaboração de políticas públicas de moradia imediata, em ambiente seguro e acessível, para indivíduos e famílias em situação de rua, na perspectiva conhecida como “moradia primeiro”. Temos ainda a luta por direito à moradia digna nas ocupações, nas periferias, nas áreas de risco e nas vilas e favelas, questão que se torna ainda mais complexa quando relacionada aos desafios de mobilidade urbana e de violência urbana. Já no meio rural, o acesso à água de*

*qualidade e com tarifa justa, à coleta e ao tratamento dos esgotos, bem como o acesso à terra e à regularização fundiária ainda se constituem como objeto de luta dos povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares e residentes em áreas de ocupação, de assentamentos e de áreas de risco.*

*Permeando tudo isso, existe também o desafio de buscar soluções para minimizar os impactos da crise climática e da exploração econômica de recursos naturais, que atingem de forma mais dura a população pobre e os grupos historicamente excluídos dos pontos de vista social e econômico. Assim, propomos também como ênfase a elaboração de propostas relacionadas à resiliência climática e ao enfrentamento do racismo ambiental, bem como a ações para prevenir, reduzir e reparar os impactos socioambientais sobre a população, especialmente os grupos atingidos por grandes obras e empreendimentos, atividades minerárias, usinas hidrelétricas, atividades industriais, enchentes, deslocamentos forçados, secas e outros desastres ambientais.*